

“A escuta da memória”: a narrativa oral como fonte de memória

“The listening of memory”: the oral narrative as a source of memory

DOI: <https://doi.org/10.29327/256399.12.1-2>

 Catiúcia Carniel Gomes

Resumo: O presente artigo destina-se à reflexão acerca do relato oral reconhecido por nós como fonte de memória. A pesquisa apresenta um fundamento linguístico ancorado nos estudos do linguista Émile Benveniste, especialmente naqueles destinados à presença do homem na língua. No que tange à questão da memória, buscamos uma visada filosófica, apoiando-nos nas reflexões de Paolo Rossi. Metodologicamente, os procedimentos de análise resultam de uma revisão bibliográfica, a partir da qual, mobilizam-se conceitos a serem explorados na observância do *corpus* selecionado para este estudo: relatos orais vinculados ao projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*, produzidos pelo Laboratório de Memória Oral e Imagem do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Como parte das conclusões, observa-se que o relato oral é uma fonte de memória capaz de apresentar a complexidade das relações do homem com o mundo, devendo ser considerado um patrimônio da sociedade.

Palavras-chave: Linguagem. Memória. Relato.

Catiúcia Carniel Gomes. Doutora em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atua como professora do Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo e também na Coordenação Pedagógica do Ensino Médio do Colégio Notre Dame.
Email: catiuciacarnielgomes1@gmail.com



Abstract: This article intends to reflect about the oral report recognized by us as a source of memory. The search presents a linguistic foundation anchored in the studies of the linguist Émile Benveniste, especially those aimed at the presence of man in the language. With regard to the issue of memory, we seek a philosophical view, supporting ourselves in the reflections of Paolo Rossi. Methodologically, the analysis procedures result from a bibliographic review, from which concepts are mobilized to be explored in observance of the *corpus* selected for this study: oral reports bound to the project *Listening to memory: Passo Fundo and its stories*, produced by the Oral Memory and Image Laboratory of the Graduate Program in History at the University of Passo Fundo. As part of the conclusions, it is observed that the oral narrative is a source of memory capable of presenting the complexity of man's relations with the world, and should be considered a heritage of society.

Keywords: Language. Memory. Report.

Introdução

Este estudo faz parte de minha tese de doutorado intitulada *O relato: Uma experiência humana inscrita nos atos de lembrar, contar e (re)construir memórias*. Apresenta-se aqui uma reflexão presente em um dos capítulos da tese a respeito do relato oral como fonte de memória. Os relatos de que tratamos neste estudo compõem um acervo do LAMOI-UPF (Laboratório de Memória Oral e Imagem), os quais ganharam espaço de circulação no estado do Rio Grande do Sul por meio da emissora de rádio da Universidade de Passo Fundo (doravante UPF). A fonte oral foi construída para o projeto *A escuta da memória: Passo Fundo e suas histórias*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo, coordenado, até 2016, pela professora Dr. Marlise Regina Meyrer. Os relatos narram



trechos da vida de moradores de Passo Fundo em um determinado tempo da história da cidade. Com a finalidade do “desenvolvimento de pesquisas a partir da organização das memórias oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória, horizonte esse que se liga ao conceito de identidade [...]” (MEYRER, 2016, p. 9-10.), o projeto torna-se importante para a manutenção do patrimônio histórico-cultural da cidade de Passo Fundo e para a construção de uma fonte de pesquisa para outras áreas do conhecimento, dando abertura para discussões interdisciplinares entre a História e diversas áreas, como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística, as Artes.

A narrativa oral é entendida por nós como uma possibilidade de observância da relação do homem com o mundo no qual está inserido. Tratamos aqui de narrativas pessoais localizadas em um espaço-tempo determinados (Passo Fundo/RS, anos 40 e 50). Diante disso, objetivamos observar o *discurso de si e do outro* presente no ato de narrar, haja vista considerarmos que ao narrar, os sujeitos deixam transparecer um *outro discurso* sobre si mesmos e também sobre a sociedade. Essa constatação sustenta nossa hipótese de que as realidades apresentadas pela narração oral devem ser consideradas como elementos da história e não somente como elementos de vidas pessoais. Os costumes, os valores, as tradições são passados entre as gerações pela presença quase imperceptível da narração, considerada, assim, como uma fonte de memória.

Quanto ao percurso metodológico, destacamos que os procedimentos de análise resultam de uma revisão bibliográfica, a partir da qual, mobilizam-se conceitos a serem explorados na observância do *corpus* selecionado para este estudo. Buscamos pensar em uma relação inter-



disciplinar entre a Linguística e a História e, nesse contexto, pensar em como a Linguística pode contribuir para as reflexões já existentes na área da historiografia. Para tanto, aprofundamos a reflexão sob a luz das ideias defendidas por Paul Thompson em sua obra *A voz do passado: história oral* (1998).

Consideramos, assim, a narrativa oral como fonte capaz de apresentar a complexidade das relações do homem com o mundo e com o próprio tempo. Ademais, consideramos essa manifestação linguística importante para a manutenção de histórias locais que carregam consigo elementos axiológicos da cultura local. Segundo Sônia Maria de Freitas, no prefácio à edição brasileira da obra de Thompson, “[...] no Brasil não há tradições de valorização do patrimônio histórico nacional; a consciência e as ações institucionais do setor público ou privado na preservação da memória nacional ainda se limitam, timidamente, à preservação de conjuntos arquitetônicos do país.” (FREITAS, 1998, p. 17). Diante desse contexto, consideramos que a narrativa oral deve ser preservada e observada sob a perspectiva de patrimônio histórico do país.

A narrativa oral apresenta-se como uma experiência do homem com a linguagem, que através da língua retoma e revive seu passado de modo a construir novas perspectivas no presente. Estratificações da cultura se apresentam, marcando a constituição de uma história social local através da qual se consolidam identidades sociais. Ademais, assevera Thompson “[...] Se as fontes orais podem de fato transmitir informação “fidedigna”, tratá-las simplesmente “como um documento a mais” é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado.” (THOMPSON, 1998, p. 138). A subjetividade marcada no relato é constituinte da própria relação do homem com a língua. Para Thompson, “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar



essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1998, p. 197). Enquanto a História preocupa-se com “verdade”, a Linguística preocupar-se-á com a experiência humana de linguagem presente na fonte oral.

Consideramos a narrativa oral como patrimônio histórico-cultural, visto que através da materialização linguística constrói-se uma possibilidade de reconstrução da história e perpetuação da cultura. Conforme Sandra Jatahy Pesavento

Estudiosos da história, da cultura e da memória, ao tomar a cidade como seu objeto de análise e preocupação, tendem a se defrontar com o problema da centralidade. É preciso humanizar o centro, é a palavra de ordem. Revitalizar o coração do urbano, afirma-se nas academias. Intervir, preservar, revalorizar o patrimônio que ele encerra, concordam todos. Ou seja, menciona-se a palavra chave que anima os desejos e as intenções de muitos que trabalham com a cidade: patrimônio. Entendido como “coisa nossa”, como um bem herdado, portador de um valor identitário e erigido em padrão de reconhecimento para um povo, o patrimônio de uma cidade - material ou imaterial – tende a se concentrar nos centros urbanos (PESAVENTO, 2008, p. 6).

A manifestação da língua por meio do relato é “coisa nossa”, ou seja, é algo que marca uma herança cultural. Os sujeitos identificam-se por meio de suas histórias comuns e reconhecem-se uns aos outros naquilo que o outro narra. Para Pesavento, “O resgate do passado de uma cidade contido nos centros urbanos implica lidar com vários tempos” (PESAVENTO, 2008, p. 6), tempo da cidade que se vê; o tempo passado; o tempo das utopias “cidade que se quer ver”; o tempo real “da cidade que se tem”. Assim, desenha-se uma imagem, descrita pela autora como “vitrine” do tempo. “Destas temporalidades, o tempo mais



difícil é o do esquecimento. Tempo que finge não ter existido, soterrando as lembranças.” (PESAVENTO, 2008, p. 6). Através dos relatos, podemos descortinar diferentes tempos e contemplar as diferentes fotografias guardadas na memória dos sujeitos.

A cidade, nessa perspectiva, é uma obra do homem que a coloniza imprimindo sua cultura e seu olhar. Assim, “a cidade é uma paisagem, uma paisagem social” (PESAVENTO, 2008, p. 7); um retrato da sociedade local em sua organização e cultura. Simbolizações representativas da organização social vigente naquele espaço. A cidade, pois, representa. Segundo Pesavento

[...] Nós “veremos” para além daquilo que é visto. Por uma operação mental, reconstituímos espaços, atores, práticas.

Uma cidade invisível? Nem tanto. Chegamos, pois, ao chamado patrimônio imaterial. O que ele seria, realmente? Canções, crenças, ritos, festas, tradições? Lendas, histórias contadas pelos mais antigos, “modos de ser” e “maneiras de pensar” cidadinas, “*ethos* urbanos” de um outro tempo? Quer parecer que a designação do patrimônio como “imaterial” originou-se da necessidade urgente de não reduzir as intervenções de salvaguarda às medidas levadas a efeito com relação ao patrimônio material, entendido como patrimônio edificado [...].

Mas é preciso atenção: todo elemento do dito “imaterial” só chega até nós através de rastros, traços, vestígios, dados objetivos a revelar a presença de algo que teve lugar um dia. Presença, esta, que nos chega de forma objetal, discursiva, imagética ou sonora. Ao interessado no resgate de tais rastros, a tarefa de recolher, pesquisar, analisar, salvar (PESAVENTO, 2008, p. 7).

Embora haja uma designação já concebida do que se considerar por patrimônio material e por patrimônio imaterial, percebe-se através da marcação das aspas em “imaterial” que a autora coloca em discussão a



questão da imaterialidade, visto que esse patrimônio só é revelado por algo concreto e tangível. Compreendemos que essa materialidade, no nosso caso materialidade que se dá pelo relato, comprova que o que se considera por imaterial na verdade não o é, visto que se materializa por meio da língua.

Uma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade. A história e a memória de uma cidade é também o boato, o ouvir dizer, o relato memorialístico que se apóia não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome não mais se sabe (PESAVENTO, 2008, p. 7).

Uma cidade é também aquilo que se diz dela; aquilo que se lembra dela. As histórias comuns, cidadinas compõem o imaginário da população local e marcam as identidades locais. A riqueza cultural carregada pelos moradores locais precisa ser preservada e repassada a outras gerações. A língua é elemento principal na manutenção dessas histórias e dessa memória cultural. As narrativas orais carregam camadas de tempo que se sobrepõem e compõem o próprio presente. Imagens de tempos passados guardadas na memória de quem (re)conta e construídas no imaginário de quem ouve. Quanto ao “consumo” desse passado, Pesavento assevera

Podemos mesmo dizer que o turismo cultural em centros urbanos se apóia em uma espécie de nostalgia do passado que se faz presente nos tempos atuais. Há uma sensibilidade despertada para o antigo, uma expectativa de reencontro das origens, de consumo do passado. Os centros das cidades podem corresponder a esta vontade de realizar não só percursos urbanos no espaço da cidade como viagens imaginárias no tempo. Pode-se mesmo dizer

que há, hoje em dia, um público espectador, leitor e consumidor do passado (PESAVENTO, 2008, p. 10).

A emergência do passado se faz por uma busca cada vez maior do entendimento do próprio presente. O resgate do passado e a sua valorização é elemento importante para uma sociedade que busca a evolução e o crescimento. Nesse sentido, o tema da memória se faz atual e pertinente e exige um olhar que perpassa diferentes áreas do conhecimento. “Como território e lugar especial para as intervenções de salvaguarda da memória e do patrimônio, a postura transdisciplinar se impõe. Saberes se cruzam, experiências são trocadas, sensibilidades dialogam em torno de um mesmo tema e objeto.” Desse modo, “O resultado tende a ser um *plus*, em termos de intercâmbio de práticas e teorias, permitindo iniciativas mais ricas.” (PESAVENTO, 2008, p. 11). No entanto, nem sempre essa questão é tratada com a devida importância. Para Pesavento

[...] é preciso educar a população, para saber ver, consumir e apreciar a cultura; saber lembrar concorre, de forma desvantajosa, com o esquecer. É preciso um esforço, um empenho e o trabalho de uma memória voluntária. Lembrar o passado é uma habilitação que se conquista, progressivamente. A educação patrimonial é um imperativo, uma exigência, desde a escola à mídia. Sem dúvida que esta é uma questão em aberto [...] (PESAVENTO, 2008, p. 11).

Diante desse contexto, “lembrar, evocar, preservar a memória de uma cidade, guardar ou mesmo conquistar a sua história, como identidade, patrimônio e monumento são, antes de tudo, uma questão de cidadania e de direito. Ainda a serem conquistados plenamente, sem sombra de dúvida.” (PESAVENTO, 2008, p.11). Acreditamos que com



a valorização da narrativa oral como fonte histórica, pode-se garantir um lugar enunciativo a quem, muitas vezes, não é mais ouvido e cujas histórias carregam uma significativa importância cultural.

Considerando que esse texto pretende refletir sobre o relato da memória, na sequência de nossa escrita, falaremos sobre o lugar do ouvinte. Dedicamo-nos a pensar sobre o discurso que emana da descrição presente no relato e qual é a relação que o ouvinte-locutor tem com essa descrição.

O lugar do ouvinte-locutor

Na sequência, dedicamo-nos a pensar sobre o que se revela sobre o sujeito a partir daquilo que ele diz de si mesmo por meio da evocação de memórias. Colocamo-nos na posição de observador desse discurso e, trazemos presente uma reflexão acerca da posição do “observador” desenvolvida no artigo *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, publicado por Benveniste em 1956 em seu *Problemas de Linguística Geral I*.

Com o objetivo de colocar em uma posição de similaridade o analista e o ouvinte-locutor, pois ambos partem da língua para promover suas interpretações, partimos da premissa saussuriana de que “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.” (CLG, 2006, p. 16-17). Desse modo, chega a nós, assim como ao analista, somente aquilo que o sujeito diz de si mesmo.

Conforme assevera Benveniste “[...] o analista opera sobre o que o sujeito lhe diz. Considerando-o nos discursos que este lhe dirige,



examina-o no seu comportamento locutório, “fabulador”, e através desses discursos se configura lentamente para ele outro discurso que ele terá o encargo de explicitar, o do complexo sepultado no inconsciente.” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 82). Chama-nos atenção o uso do termo “fabular”, atribuído ao comportamento do locutor quando se apropria da língua para enunciar. Segundo dicionário de Língua Portuguesa (FTD), “fabulador” apresenta a seguinte acepção: “adj. e s. m. Autor de fábulas; inventor” (BUENO, 2007, p. 344); percebe-se no sentido proposto pelo dicionário a característica do ato da criação atribuída a quem cria fábulas, portanto, fabulador. Na literatura, as fábulas são consideradas textos que apresentam realidades para além da vivenciada na vida cotidiana, explicitadas na possibilidade de personificação de elementos inanimados, por exemplo. Tendo sempre um caráter moralizador, a fábula cria representações da realidade por meio de elementos verossímeis somente no contexto do texto; e que não coincidem de forma literal com a realidade.

Pensando na reflexão feita por Benveniste, poderíamos considerar que a escolha deste termo soaria estranha ao contexto em que aparece. No entanto, é justamente neste “deslocamento” que o sentido se estabelece. Pode-se dizer que o locutor assume um comportamento “fabulador” ao falar de si, visto que é sempre diante de seu ponto de vista que fala da realidade que vivencia. Desse modo, é sempre uma experiência expressa pela língua, comprovando que “a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem.”, visto que “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento.” (BENVENISTE, 1963-2005, p.26). Do ponto de vista de quem se depara com o discurso do outro, evidencia-se que o próprio discurso deixa transparecer *outro discurso* que precisa ser explicitado pelo ouvinte-locutor que pretende falar dele. Sendo assim, o gesto de



análise é um gesto interpretativo e, portanto, subjetivo. Temos uma segunda enunciação que provém das marcas de um sujeito que se coloca na posição de alguém que fala sobre o discurso do outro. Trazemos presente um trecho de um relato feito em uma das entrevistas por nós selecionadas para o *corpus* deste estudo.

Eu sou a Djanira Ribeiro, professora Djanira Ribeiro. Tô aposentada agora, eu era professora de espanhol, formada pela federal de Santa Maria e pertencço a família Izaías. Eu sou Djanira Izaías Ribeiro né, uma família que tem tradição aqui em Passo Fundo e que a gente tem muitas histórias pra contar, muitas coisas pra contar porque é uma família, uma das mais antigas daqui de Passo Fundo né, então a gente ouvindo dos nossos antepassados dos meus avós, dos meus bisavós, algumas coisas a gente guardou e a gente tem pode passar e está passando sempre através do grupo, eu tenho um grupo “Alforria” que é um grupo também de, sobre o negro de pra divulgar as manifestações do negro aqui em Passo Fundo.

A partir do relato, é possível produzir um *outro discurso* que parte de um gesto interpretativo. Percebe-se, na fala acima, que há uma tentativa de colocar-se na posição de alguém que merece a tomada de voz e a representação de um grupo. Ao reiterar seu nome, por meio da inserção de sua profissão e de seu nome de família, o sujeito demonstra uma necessidade de descrever-se como alguém importante socialmente e, portanto, portadora de uma voz que se diferencia das demais. Além disso, ao comentar sobre a fundação do grupo chamado “Alforria” e descrevê-lo como divulgador de manifestações do negro na cidade de Passo Fundo, manifesta uma posição social dentro de uma temática a qual exige ainda manifestações, o que significa que representa um problema não só do passado, mas também do presente. O ouvinte-locutor constrói uma imagem do acontecimento passado tendo somente como elemento aquilo que o outro diz de si mesmo.



Benveniste ao falar da tarefa do analista, que busca compreender as motivações que levam os sujeitos a ter determinadas atitudes, apresenta a seguinte ideia sobre o papel da linguagem nesse processo “a sua expressão é a da linguagem; a relação do analista ao sujeito, a do diálogo.” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 83). Enquanto o analista quer “desvendar as motivações mais que reconhecer os acontecimentos”, o ouvinte-locutor ficará no terreno da língua, portanto, pensará no que pode ser “desvendado” a partir do discurso do outro. Pensa-se, neste instante, no que podemos dizer do homem a partir do que ele diz de si mesmo. O gesto interpretativo gera uma nova enunciação que pretende pensar sobre a significação proveniente da enunciação. Benveniste, então, questiona-se “qual é essa “linguagem” que age tanto quanto exprime? É idêntica à que se emprega fora da análise? É a mesma apenas para os dois parceiros? [...] Pode-se, a partir dessas definições justas e, em primeiro lugar, da distinção introduzida entre os meios e o domínio, tentar delimitar as modalidades da “linguagem” que estão em jogo” (BENVENISTE, 1956-2005, p. 83).

O *corpus* escolhido para nossas análises apresenta sujeitos que se enunciam para serem ouvidos por diversas pessoas em uma emissora de rádio. Escolhidos dentre um grupo para falar de si e de sua história, tomam um lugar de autoridade; de poder de fala. O que se comprova no trecho acima citado, o sujeito começa sua fala colocando-se nessa posição de autoridade por ter sido escolhido dentre tantos que não ocuparam esse lugar enunciativo de reconhecimento. Para Benveniste, “Em primeira instância encontramos o universo da palavra, que é o da subjetividade. Ao longo das análises freudianas, percebe-se que o sujeito se serve da palavra e do discurso para “representar-se” a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o “outro” a comprovar” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 84).



Interessa-nos pensar, então, no gesto interpretativo evocado quando ao ouvir o outro falar de si e de sua história. Os discursos, por nós escolhidos, demonstram uma narrativa permeada por um tempo determinado, na qual os sujeitos protagonizam a história de sua cidade e a contam conforme a experiência dada *na e pela* língua.

Diante disso, temos de um lado a língua socializada, como possibilidade de enunciação, compartilhada por todos; de outro lado, temos a palavra (discurso) individual e irrepitível. Segundo Benveniste “A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior - e por intermédio - da linguagem. Há, pois, antinomia no sujeito entre o discurso e a língua” (BENVENISTE, 1956-2005, p. 84). Os sentidos construídos no discurso se singularizam pelos próprios índices específicos da enunciação. Muda-se o tempo e a relação altera-se. Portanto, nunca é possível dizer a mesma coisa, apesar de se utilizar da mesma língua. O momento enunciativo condiciona a irrepitibilidade do discurso. Na posição de analista, Benveniste assevera que

[...] Além do simbolismo inerente à linguagem, perceberá um simbolismo específico que se constituirá, sem o conhecimento do sujeito, tanto a partir do que omite como a partir do que enuncia. Na história em que o sujeito se coloca, o analista provocará a emergência de outra história, que explicará a motivação. Assim, tomará o discurso como intermediário de outra “linguagem”, que tem as suas regras, os seus símbolos e a sua “sintaxe” próprios, e que remete às estruturas profundas do psiquismo (BENVENISTE, 1956-2005, p. 84-85).

Fazendo a transposição do analista para o ouvinte-pesquisador, a “outra história” imanente do discurso do outro, das escolhas feitas pelo



outro, dá lugar a uma enunciação de retorno, uma enunciação sobre a enunciação. Enquanto o analista debruçar-se-á sobre “o complexo sepultado no inconsciente”, buscando revelar questões guardadas no inconsciente do paciente, o ouvinte-locutor preocupar-se-á com o discurso que ecoa do discurso do outro. “Por ser a língua um instrumento de organização do mundo e da sociedade, aplica-se a um mundo considerado como “real” e reflete um mundo “real”. Aqui, porém, cada língua é específica e configura à sua própria maneira” (BENVENISTE, 1956-2005, p. 88-89). Desse modo, consideramos de antemão que o discurso que emana do discurso do outro, quando se propõe a enunciar narrativamente parte de sua história, carrega elementos da cultura.

Para tratar da questão da memória reavivada pela experiência do relato, abrimos a próxima seção do texto, na qual refletiremos acerca da memória de um sujeito que se coloca na posição de testemunha de sua própria história e também da história da sociedade na qual se insere.

O relato: uma fonte de memória

O relato é o nosso *corpus*, a sua constituição se dá pela evocação de uma memória; a constituição do texto do relato se dá pela narratividade. Assim, os elementos da narração se fazem presentes nesse texto que pretende recontar a história dos fatos. Neste momento, buscamos uma visada filosófica sobre a questão da memória, apropriando-nos das ideias de Paolo Rossi, na obra *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias* (2010), por compreendermos a importância da temática da memória para o nosso estudo. A questão da memória já foi tema de inúmeros estudos em diferentes períodos da história devido à sua importância para a constituição do sujeito e da sociedade. “Estudar a arte da memória traz à tona formas de pensar



aquilo que se chama realidade, cujas consequências só são perceptíveis ao longo do tempo. [...] A memória e o esquecimento são o ponto de convergência de um procedimento de reflexão que vem ganhando cada vez mais espaço na história das ideias.” (citando orelha do livro).

O capítulo *Lembrar e esquecer* diferencia a memória e a reminiscência (ou anamnese ou reevocação). Para tanto, o autor vale-se das reflexões aristotélicas asseverando que “a memória precede cronologicamente a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal. A reevocação não é algo passivo, mas a recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentada” (ROSSI, 2010, p. 15-16). Diante disso, o autor conclui que a memória existe tanto nos animais quanto nos homens enquanto que a reminiscência é uma condição somente do homem.

A partir dessa diferenciação, podemos perceber que no ato de trazer à tona a memória há implicada necessariamente a reminiscência, pois os fatos guardados na memória são experienciados novamente quando (re)contados. Na sequência, Rossi explica que para Platão a memória “se apresenta como uma forma de conhecimento ligada à doutrina misteriosófica da reencarnação” (ROSSI, 2010, p. 16). Nessa perspectiva, o esquecimento é constituinte da própria origem da memória. Ficaremos com as definições de memória e reevocação na perspectiva aristotélica, visto serem elas mais próximas do que se apresentará em nosso trabalho.

Na seção destinada a tratar sobre *O temor de ser esquecido*, Rossi chama a atenção para a importância da memória coletiva, ligada especialmente à construção de imagens, as quais influenciam o comportamento humano. Embora não tenhamos por objetivo tratar da memória coletiva, compreendemos que imagens construídas na coletividade



influenciam as construções individuais e que isso afeta a experiência do sujeito com o outro e com o mundo. Rossi afirma que

O mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória. [...] Nos lugares da vida cotidiana, inúmeras imagens nos convidam a comportamentos, nos sugerem coisas, nos exortam aos deveres, nos convidam a fazer, nos impõem proibições, nos solicitam de diversas maneiras (ROSSI, 2010, p. 23).

Essas imagens promovem a manutenção de elementos da cultura de uma sociedade que se fortalece e se solidifica, ao trazer para o presente, memórias que se marcam em imagens. Essas imagens têm o poder de modalizar o comportamento daqueles para os quais elas compõem parte de suas próprias histórias. Assim, “a memória sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro” (ROSSI, 2010, p. 24). Perceber essas imagens como elementos que trazem presente a história da sociedade, garante a compreensão do todo e de si mesmo como pertencente a um contexto maior de relações e de interação social em diferentes períodos da história, os quais constituem a sociedade atual.

Para Rossi “Nas situações histórico-culturais em que predominam a cólera e o espírito de rebelião, a exigência de um passado é frequentemente tão forte quanto a que diz respeito ao futuro” (ROSSI, 2010, p. 25). O entendimento do passado dá ao sujeito a compreensão do seu lugar no mundo. Para o autor, o interesse atual pelo tema da memória está relacionado a uma grande “demanda de passado” que coloca em questão novamente temas, aparentemente, desatualizados ou já superados, como, por exemplo, “o localismo, o nacional, o regional, o urba-



no, o bairro, as minorias, os grupos, suas culturas, etc.” (ROSSI, 2010, p. 25). O passado serve para compreender o presente e, quem sabe, projetar o futuro. Observemos um trecho de um dos relatos selecionado para este estudo:

Entrevistador: Ótimo! Deu pra ver que essa cultura, essas histórias elas não têm escrita mas elas vem perpetuadas pela família né? (perfeito, perfeito) Pela memória oral...

Djanira: Perfeito! Memória Oral! Eu assim ó, eu ouvia muitas histórias, por exemplo, a minha tataravó era uma escrava que era de um fazendeiro muito grande daqui da região e ela era pequena, quando ela era pequena, criança ainda, o trabalho dela era cuidar das crianças da, do Sinhô – como elas falavam né-, então ela tinha que embalar essa criança na rede, ela passava o dia inteiro embalando a criança na rede, e quando ela parava de embalar essa criança, a criança gritava, já era grandinha, e dizia “Mãe, a nega parou!” aí ela vinha lá, batia na negra pra ela continuar a embalar a rede... Conta também outro pedaço que eu ouvia a minha bisavó contar que ela tinha uma das, a mãe dela, ela tava, ela tinha a mão queimada e não mexia, foi comprometido os nervos, os nervos da mão, por quê?

Porque a Sinhá tava fazendo doce, tava fazendo marmelada no tacho, no fogo e ela sentia aquele cheirinho, tinha uma vontade de comer, ela era pequena, uma vontade de comer aquele doce e ela nunca dava, ela nunca deu pra elas comerem. E um dia então ela experimentou, pegou um pauzinho e tirou e ela viu, daí então ela pegou uma colher de pau e disse “abra a mão negra! Abra a mão!” daí ela abriu a mão e ela colocou, aquilo fervendo na mão dela então isso foi passagens que elas me contaram que eu sabe me arrepio né, de saber que realmente isso tudo aconteceu.. também a memória oral né, foram contando que a gente foi sabendo. (sim, ahham) Essas são algumas coisas que eu me lembro, a gente aos poucos vai lembrando o que nos contaram né, mas quando mais pra cá, a fundação do Visconde do Rio Branco né, que foi uma festa muito grande que foi a minha família que fundou o Visconde do Rio Branco, os Izaias né, e eles, então, sempre passavam de irmão pra irmão, eram três ou quatro irmãos, Antenor, Eduardo e... Antenor, Eduardo e Augusto! Eram três irmãos, então o Antenor era presidente e passava pro Augusto e assim ia né... Grandes,

memoráveis bailes que eles faziam no Visconde, eles contavam os carnavais maravilhosos né, e que era assim, uma coisa muito muito bacana eles faziam inclusive o Bumba meu Boi, que não era uma um costume por aqui, não é um folclore aqui do Rio Grande do Sul, é um folclore de lá de cima, daonde eles vieram, realmente eles vieram né, aí demonstra que realmente alguns deles vieram lá de cima, porque eles praticavam Bumba meu boi né, o terno de reis né, que eram muito bonito, vestiam de rei, de rainha, tinha a rainha do maracatu... e a mãe sempre contava quando chegava na festa de rei, que é em janeiro, que é depois do natal, eles saíam cantando nas ruas, nas casas, com a bandeira né, e cantando, cantando as músicas referentes ao terno de reis, e aí então eles recebiam dinheiro, faziam festas tudo, era muito bonito as coisas, eu gostava muito de ouvir a minha mãe cantar...

O relato exemplifica a questão tratada no parágrafo anterior acerca da importância da memória oral como garantia de sobrevivência da história vivida pelos antepassados. Na sequência de seu relato, a entrevistada conta que hoje faz parte de um grupo chamado “Alforria” que tem como objetivo lutar contra o preconceito racial. Observando a importância dada por ela ao relato oral, pode-se concluir que ela vê os relatos contados por seus antepassados como justificativa para a luta por ela empenhada ainda no presente contra o preconceito. Ao recontar, a personagem vivencia novamente, por meio da linguagem, a experiência de preconceito sofrida no passado por sua família e, assim, justifica sua luta no presente.

Considerando que a memória pressupõe a expressão da experiência individual do sujeito que ao (re)contar sua história a (re)conta sob seu ponto de vista, percebe-se que entre a memória coletiva e a história não se apresenta uma relação simétrica, mas sim antinômica. Nas palavras do autor “A história e a memória coletiva podem ser pensadas como as duas pontas de uma antinomia: em que os avanços da historiografia fazem continuamente retroceder o passado imaginário que foi construído



pela memória coletiva.” (ROSSI, 2010, p. 28). Embora a memória coletiva deixe de lado elementos “científicos” e fique no campo do empirismo, ainda assim ela se faz fundamental para a compreensão da experiência dos sujeitos com os fatos. Questionamo-nos, assim como o faz o autor “[...] O que poderia ser mais agradável (e mais “progressista”) do que fazer-se intérprete de todos aqueles dos quais a “história” é incapaz de se lembrar porque não quis se lembrar? O que existe de mais “alternativo” do que confiar, uma vez mais, como no período que precede a grande historiografia moderna, na memória dos indivíduos e na das pequenas e negligenciadas coletividades locais? (ROSSI, 2010, p. 29).

Como estudiosos da língua e não da história, situamo-nos no terreno da individualidade da enunciação que coloca o sujeito sempre como narrador de sua história. Tratamos de relatos de sujeitos que assumem a posição de portadores da voz que representa um grupo social em um determinado período da história, ou seja, um lugar enunciativo conquistado pela própria história a ser (re)contada.

Assim, (re)contar a história garante a reconstrução da memória e a manutenção do próprio ser. Portanto, “[...] Por trás das modas, com frequência se escondem motivações muito sérias: a atual, esse interesse quase espasmódico pela memória e pelo olvido, está ligada ao terror que temos da amnésia, das dificuldades renovadas que se interpõem em nossas tentativas de conectar num conjunto, aceitável de algum modo, o passado, o presente e o futuro.” (ROSSI, 2010, p. 30). Ao falar do passado o sujeito reconstrói, ressignifica, semantiza novamente as experiências já vividas em outros tempos e se torna porta voz de si mesmo e do outro por meio da língua.

No capítulo intitulado *A arte da memória: renascimentos e transformações*, na seção sobre *O tempo interior e finalidade da ‘ars memorativa’*, Rossi assevera que “A memória aparecerá, cada vez mais, como



uma realidade vaga, fragmentada e incompleta; o passado será concebido como “reconstruído” e organizado sobre a base de uma coerência imaginária” (ROSSI, 210, p. 96), ademais, considera que “A memória involuntária precede a memória voluntária e a condiciona. Somente a sobreposição e o entrelaçamento casual, no período contemporâneo, de emoções e imagens que pertencem a tempos diversos, constituem a memória” (ROSSI, 210, p. 96). Reitera-se, assim, que o relato do passado possibilita a preservação de uma memória que se faz presente a cada nova enunciação, ganhando novos sentidos e novos contornos.

A mobilização de elementos do passado acontecerá de acordo com o grau de envolvimento do sujeito com o seu próprio passado. “O tempo recordado será concebido como expandido ou contraído, dependendo da vivacidade das imagens evocadas. A memória, como foi dito, “coloniza” o passado e o reordena tendo por base as concepções e as emoções do presente” (ROSSI, 2010, p. 97). Ao narrar oralmente suas histórias, o sujeito tem a oportunidade de verbalizar fatos e de silenciar outros conforme sua possibilidade de interação com o seu próprio passado.

No intuito de buscar um aprofundamento para a questão do sujeito como porta voz de si e do outro, buscamos amparo teórico em reflexões do intelectual Giorgio Agamben acerca da questão do testemunho, apresentadas na obra *O que resta de Auschwitz (1942-2008)*. A obra faz uma análise da produção literária dos sobreviventes dos campos de concentração. Conforme consta na apresentação da obra feita na orelha do livro, “O livro investiga as dificuldades do testemunho num espaço onde não há referências básicas de humanidade e impera uma ordem disfuncional que não preserva a vida.”. Essa obra nos interessa de modo particular pela reflexão que promove no capítulo *arquivo e o testemunho*, no qual se apresenta uma reflexão acerca da questão do testemunho que pode ser transposta para outros tipos de relatos.



O autor inicia o capítulo sobre *arquivo e testemunho* citando Benveniste, especialmente o texto *Semiologia da língua* (1969) em que, segundo Agamben, Benveniste argumenta sobre as duas vias que excederão o pensamento saussuriano: a via da semântica do discurso e via da análise translinguística, por meio da elaboração de uma metasemântica ou semântica da enunciação.

Sua obra deixa espaço para inúmeras reflexões que muitas vezes ultrapassam os limites da própria linguística. A afasia de Benveniste em pleno período de criação em que as ideias sobre a semiologia da língua e o aparelho formal da enunciação se apresentavam em suas escritas, deixa um questionamento acerca de onde chegaria o pensamento desse linguista. Benveniste cita, em sua obra, pensadores de diferentes áreas, como por exemplo, Freud, Humboldt, Aristóteles, Saussure, Malinowski, demonstrando uma preocupação especialmente pelo modo como as questões referentes à linguagem foram tomadas por diferentes áreas e construindo um pensamento que excede o limite da linguística *stricto sensu* para adentrar o campo da antropologia da linguagem.

As questões referentes ao sujeito sempre foram tema de diferentes posicionamentos, Agamben assevera que:

a enunciação assinala, na linguagem, o limiar entre um dentro e um fora, o fato de ter lugar como exterioridade pura; e a partir do momento em que os enunciados se tornam referência principal da investigação, o sujeito fica dissolvido de qualquer implicação substancial e se torna pura função ou pura posição (AGAMBEN, 2008, p. 142).

Marca-se, assim, a posição de um sujeito que se constitui pela linguagem, criando um lugar de existência sempre único, irrepetível e inapreensível que é o lugar do próprio ato enunciativo.



Agamben define o conceito de *arquivo* em Foucault, opondo-o ao conceito de *testemunho*. O arquivo situa-se entre a *langue*, entendida como possibilidade e a *parole*, sendo, então, o não-semântico em cada discurso; ou ainda, “a margem obscura que circunda e limita toda concreta tomada de palavra” (AGAMBEN, 2008, p. 145).

O *testemunho*, opostamente denomina-se como “o sistema das – relações entre o dentro e o fora da *langue*, entre o dizível e o não-dizível em toda língua – ou seja, entre uma potência de dizer e a sua existência, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer” (AGAMBEN, 2008, p. 146). Diante disso, a *langue* no plano enunciativo divide-se em possibilidade e impossibilidade de dizer, diante dessa dualidade, encontra-se o lugar do sujeito, o que é inerente à própria conceituação do *testemunho*, visto que “ter lugar” está diretamente ligado à impossibilidade de dizer. Surge, assim, a ideia de *contingência*, ou seja, “poder não ser”.

[...] O sujeito é, pois, a possibilidade de que a língua não exista, não tenha lugar - ou melhor, de que esta só tenha lugar pela sua possibilidade de não existir, da sua contingência. [...] A contingência não é uma modalidade entre tantas, ao lado do possível, do impossível e do necessário: é dar-se efetivo de uma possibilidade, o modo no qual uma potência existe como tal. Ela é acontecimento (*contingit*), considerado do ponto de vista da potência, o dar-se de uma cisão entre um poder ser e um poder não ser. Este dar-se encontra, na língua, a forma de uma subjetividade. A contingência é possível posto à prova em um sujeito (AGAMBEN, 2008, p. 147).

Assim, o *testemunho* encontra na subjetividade sua expressão e se configura pela impossibilidade de falar, ou seja, na dessubjetivação. “Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incommunicáveis. Esta indivisível intimidade é o *testemunho*” (AGAMBEN,



2008, p. 147). A impossibilidade de falar é condição para a possibilidade. Logo, o sujeito que assume a posição de *testemunha* fala por quem não pode falar. Chega-se, então, às categorias modais que configuram o testemunho, a saber: possibilidade, impossibilidade, contingência e necessidade. Operando em prol da subjetividade, estão a possibilidade (pode ser) e a contingência (pode não ser); por outro lado, a impossibilidade [não (pode ser)] e a necessidade [não (pode não ser)] são operadores da dessubjetivação. Destaca-se que esses operadores são categorias do ser, mas nunca dependem unicamente do sujeito para se efetivar, não estão à disposição do sujeito como algo que se possa escolher ou recusar, mas sim são condições circunstanciais.

O autor amplia o significado do termo “testemunha”, trazendo presente os três termos em latim que designam o testemunho: *testis*, *superstes* e *auctor*. Nessa perspectiva, *testis* seria uma testemunha que intervém na disputa entre dois sujeitos, agindo como terceiro nessa situação; *superstes* aquele que testemunha da posição de alguém que vivenciou a fundo uma experiência e pode transferi-la aos outros; *auctor* testemunho que pressupõe falar de algo que preexiste o próprio sujeito, necessitando certificar as informações. Os relatos, por nós analisados, são testemunhos de *superstes*, pois são fatos vivenciados profundamente pelas personagens de nossas histórias reais.

A autoridade da testemunha reside no fato de poder falar unicamente em nome de um não poder dizer, ou seja, no seu ser sujeito. O testemunho não garante a verdade fatural do enunciado conservado no arquivo, mas a sua não-arquivabilidade, a sua exterioridade com respeito ao arquivo; ou melhor, da sua necessária subtração - enquanto existência de uma língua - tanto perante a memória quanto perante o esquecimento (AGANBEM, 2008, p. 157).

O testemunho garante a exteriorização, mas não necessariamente garante a veracidade em termos factuais, visto o caráter subjetivo que perpassa o uso da língua e faz com que, entre o fato e sua exteriorização, exista a experiência subjetiva do sujeito que (re)conta sua história por meio do modo como ele a percebeu e vivenciou no passado. Testemunhar é sempre um ato subjetivo de “recriação” de histórias guardadas na memória. Observemos um trecho de um relato selecionado para este estudo:

Diva: mas foi em 1958, ano que não tinha carnaval de rua em Passo Fundo. O pessoal dooo dos músicos do seu Ramil que tocavam no nos clube da cidade se reuniram e resolveram a fazer um carnaval na praça Marechal Floriano. Aí nós fomos, eu fui a primeira puxadora de samba, que naquela época não era um samba era uma marchinha, aí fizemo o carnaval que era pra fazer uma noite saiu nas quatro noites e no sábado de aleluia, foi muito bom, muita gente na praça, em roda da praça, ali em volta da praça que nós fazia o desfile, mas foi o primeiro ano que eu desfilei no carnaval, bem menina (risos)

[...]

Diva: masssss... as mulheres do carnaval que eu posso te dizer que fizeram história no carnaval família Isaias, a d..Dejanira, e a família Cavalheiro, eu acho lá o pessoal da Belonice o Quico, aquele pessoal todo que sempre foram do carnaval também e a Belocine como Mis Passo Fundo né que foi, fez muito sucesso no carnaval de Passo Fundo e o pessoal da família deles lá também que tem o Quico que é o coreógrafo que é t.....estilista não é coreógrafo né...[...]

Entrevistador: mas a...antes então de você te puxado a escola de samba nenhuma mulher nunca tinha

Diva: Não, não, não tinha nem mulher nem homem...ainda não tinha puxador de samba a na... aqui em passo Fundo pelo menos não tinha eu fui a primeira a..a fazer essa (risos) sair cantando pelaaa...naquela época não tinha aquele microfone, não tinha som nenhum. Era no gogó mesmo (risos)



Ao longo da fala da entrevistada, percebe-se que ela apresenta as personagens de sua história de vida como se fossem conhecidas do interlocutor, como, por exemplo, nos trechos “mas foi em 1958, ano que não tinha carnaval de rua em Passo Fundo. O pessoal doo dos músicos do seu Ramil que tocavam no nos clube da cidade se reuniram e resolveram a fazer um carnaval na praça Marechal Floriano.”; “masssss... as mulheres do carnaval que eu posso te dizer que fizeram história no carnaval família Isaias, a d..Dejanira, e a família Cavalheiro, eu acho lá o pessoal da Belonice o Quico”. Percebe-se que ao apresentar as pessoas que participaram de sua história como pessoas que deveriam ser conhecidas por todos, a entrevistada reitera a sua própria importância dentro da história que está narrando. Manter a importância no presente que as pessoas tinham no passado, coloca a entrevistada em uma posição de autoridade dentro desse contexto. O valor histórico do grupo a que pertence precisa ser marcado novamente no presente para que seu próprio valor no presente se reconfigure. Desse modo, a entrevistada marca o seu reconhecimento no presente por algo que já foi no passado e, assim, coloca-se como *testemunha* de uma história que não foi só sua.

Convidada a falar pelo grupo, Diva Cavalheiro coloca-se em uma posição de reconhecimento que a daria, então, o direito de falar por si e pelo outro acerca do período histórico que vivenciou em sua juventude. Nesse sentido, a entrevistada se singulariza dentre os demais que fizeram parte da história do carnaval como alguém diferenciado que tem autoridade e deve merecer o título de portador da voz que reconta a história. Reafirmando essa ideia, podemos destacar os seguintes trechos do relato de Diva “Aí nós fomos, eu fui a primeira puxadora de samba, que naquela época não era um samba era uma marchinha, aí fizemo o carnaval que era pra fazer uma noite saiu nas quatro noites e no sábado de aleluia, foi muito bom, muita gente na praça, em roda da



praça, ali em volta da praça que nós fazia o desfile, mas foi o primeiro ano que eu desfilei no carnaval, bem menina (risos)”; “Não, não, não tinha nem mulher nem homem...ainda não tinha puxador de samba a na... aqui em passo Fundo pelo menos não tinha eu fui a primeira a..a fazer essa (risos) sair cantando pelaaa...naquela época não tinha aquele microfone , não tinha som nenhum. Era no gogó mesmo (risos)”.

Na possibilidade de (re)contar a história em um programa que atingirá inúmeros ouvintes não só da cidade de Passo Fundo como também da região norte do Rio Grande do Sul, a personagem toma para si a responsabilidade de falar pelos que estarão silenciados por esta escolha. Estar nesta posição enunciativa evoca em si a necessidade de trazer presente, por meio de sua fala, outras personagens que também fizeram parte dessa história e que comprovariam a sua existência e veracidade. Considerando que “Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio da cultura” (BENVENISTE, 1968-2006, p. 23), percebemos que o sujeito fala sempre de um lugar de fala, marcado pelo mundo dos homens que o constituem.

Testemunhar, portanto, é assumir a posição de quem pode falar em virtude do silenciamento de outros. Quem testemunha carrega consigo a responsabilidade de recontar não só a sua história, mas também a história de outros que vivenciaram os mesmos acontecimentos. Essa possibilidade é dada pela constitutiva condição humana *na e pela* linguagem.

Considerações finais

A narrativa oral é, para nós, uma fonte de memória capaz de apresentar a complexidade das relações do homem com o mundo e com o próprio tempo. Portanto, deveria ser elevada ao *status* de patrimônio histórico-cultural. Considerando, assim, a linguagem como possibili-



tadora da constituição social do sujeito que passa de locutor a sujeito da enunciação, percebe-se que é a partir do ponto de vista subjetivo que a própria sociedade se constitui. Diante disso, compreende-se a linguagem como constituinte do homem. Conclui-se que sujeito, língua e sociedade estão de tal modo imbricados que não podem ser concebidos isoladamente, mas somente na sua coexistência.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENVENISTE, Émile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: _____. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 81-94.

MEYRER, Marlise Regina. *Quinze de novembro: fronteiras da (in)tolerância, Passo Fundo (1940-1955)*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Rev. Mosaico*, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Unesp, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

Recebido em: 30/06/2022

Aprovado em: 29/12/2022

Licenciado por

